

2 — Pelo Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, foi aprovada a orgânica do XVIII Governo Constitucional, tendo, com efeitos a 18 de Dezembro de 2009, sido nomeada a nova Direcção da DGPJ.

3 — Considerando a cessação da comissão de serviço da Presidente do Júri do presente procedimento concursal, Licenciada Susana Luísa Fernandes Chabert Vicente da Silva, como Directora do Gabinete de Relações Internacionais da DGPJ e o disposto nos números 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a nova composição do júri:

Presidente — Mestre João Manuel Teixeira de Assunção Ribeiro, Director da Direcção-Geral da Política de Justiça;

1.º Vogal efectivo — Mestre Mónica Maria Calado de Albuquerque Gomes, técnica superior da Direcção-Geral da Política de Justiça;

2.º Vogal efectivo — Licenciada Susana Paula Dias Carujo Quina Emídio, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Direcção-Geral da Política de Justiça;

1.º Vogal suplente — Licenciado José Alberto Andrade, Subdirector do Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça;

2.º Vogal suplente — Licenciada Maria José Ramos Ferreira, técnica superior da Direcção-Geral da Política de Justiça.

4 — Nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o novo júri designado dará continuidade e assume integralmente todas as operações do procedimento já efectuadas.

28 de Janeiro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
202862713

Despacho (extracto) n.º 2415/2010

Por meu despacho, de 27 de Janeiro de 2010:

Licenciado António Manuel Mendes de Almeida — Técnico Superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, nomeado, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 2.º do Despacho n.º 15 355/2007, de 13 de Julho, para desempenhar as funções de Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça da mesma Direcção-Geral, em regime de substituição, considerando que possui os requisitos legais exigidos, a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo a prover, evidenciados na nota curricular em anexo ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2010.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

Lisboa, 27 de Janeiro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

Nota curricular

I — Identificação:

Nome — António Manuel Mendes de Almeida
Local e data de nascimento — Lisboa, 11 de Janeiro de 1975

II — Habilitações literárias:

1993/1998 — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

2002/2003 — Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública ministrado pelo Instituto Nacional de Administração.

III — Experiência profissional:

Desde Dezembro de 2009 — Técnico superior da Direcção — Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, a exercer funções na Divisão de Estatísticas da Justiça.

Exerceu anteriormente as seguintes funções:

De Abril de 2008 a Dezembro de 2009 — Director da Direcção — Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, responsável pelas áreas do planeamento estratégico, recursos humanos e documentação e informação;

De Março de 2006 a Março de 2008 — Consultor do extinto Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, actual Direcção — Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, a exercer funções de coordenação da Divisão de Estatísticas da Justiça;

De Setembro de 2003 a Março de 2006 — técnico superior do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, na Divisão de Análise Estatística;

De Junho de 2001 a Maio de 2002 — integrou como auditor do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, a equipa que, no âmbito de protocolos com o Ministério da Justiça, realizou as seguintes auditorias: auditoria de sistema e qualidade a 25 Conservatórias de todos os tipos de registo da Direcção -Geral dos Registos e Notariado; auditoria aos mecanismos de organização e gestão dos Serviços Prisionais;

De Outubro de 1998 a Maio de 2001 — exercício de advocacia, tendo realizado o exame final de agregação à Ordem dos Advogados com aproveitamento, em Abril de 2001 (inscrição actualmente suspensa, a seu pedido).

IV — Representação externa:

Membro da delegação portuguesa nos seguintes grupos:

Em 2006 — Taskforce statistics on crime, victimisation and criminal justice (Eurostat);

Em 2007 e 2008 — Grupo de Trabalho statistics on crime and criminal justice (Eurostat).

202865102

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 2416/2010

Por despacho do Presidente, datado de 15 de Dezembro de 2009, foi Ilídio Morais Rodrigues, ajudante principal na situação de licença sem vencimento, autorizado a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Barcelos, ficando afecto à Conservatória do Registo Civil de Barcelos, nos termos do n.º 4 dos artigos 108.º e 109.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, com efeitos a partir de 4 de Janeiro de 2010, data em que reiniciou a actividade. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

Lisboa, 19 de Janeiro de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.
202861903

Despacho (extracto) n.º 2417/2010

Por despacho do Presidente, datado de 15 de Dezembro de 2009, foi Maria da Graça Pinheiro Carreira Calado, segunda ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município da Azambuja, ficando afecto à Conservatória dos Registos Civil e Predial do respectivo município, nos termos do n.º 4 dos artigos 108.º e 109.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, com efeitos a partir de 4 de Janeiro de 2010, data em que reiniciou a actividade. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

Lisboa, 19 de Janeiro de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.
202862284

Despacho (extracto) n.º 2418/2010

Por despacho do Presidente, datado de 15 de Dezembro de 2009, foi Ana Paula Alves Vila Nova, primeira ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Lisboa, ficando afecto à Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, nos termos do n.º 4 dos artigos 108.º e 109.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, com efeitos a partir de 4 de Janeiro de 2010, data em que reiniciou a actividade. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

Lisboa, 19 de Janeiro de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.
202862381

Despacho (extracto) n.º 2419/2010

Por despacho do Vice-Presidente, em substituição do Presidente, datado de 29 de Dezembro de 2009, foi Olívia Rocha da Cunha, escriturária superior na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Arcos de Valdevez, ficando integrada na Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Arcos de Valdevez, nos termos do n.º 4 dos artigos 108.º e 109.º e n.º 1 do artigo 112.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, com efeitos a partir de 4 de Janeiro de 2010, data em que reiniciou a actividade.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)
Lisboa, 19 de Janeiro de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.
202861774